

QUALIDADE no ENSINO

Horácio Almendra

horacio.almendra@iqe.org.br • www.iqe.org.br



Colaboração:

Maria Helena Braga	• mhelena.braga@iqe.org.br
Maria Sidalina Gouveia	• sidalina.gouveia@iqe.org.br
Cristina Luiza Garbuio	• cristina.garbuio@iqe.org.br
Maria Teresinha Figueiredo	• mteresinha.figueiredo@iqe.org.br
José Gayoso	• jose.gayoso@iqe.org.br

Avaliações diagnósticas em larga escala

José Gayoso

Relações Institucionais do IQE – Instituto Qualidade no Ensino

Desde o início de novembro realiza-se, nas redes públicas de ensino estadual e municipal, a Prova Brasil, contemplando alunos do 5º e do 9º ano do ensino fundamental. Por ser uma avaliação diagnóstica censitária, beneficia mais de seis milhões de alunos e proporciona à gestão pública uma fotografia reveladora das habilidades e conteúdos dominados e não dominados pelos educandos. Cabe aqui definir o significado do verbo “avaliar”: determinar o valor de, compreender, apreciar. Nesse sentido, o conceito de avaliação diagnóstica não recebe uma definição uniforme de todos os especialistas. No entanto pode-se, de maneira geral, entendê-la como uma ação avaliativa realizada no início de um processo de aprendizagem, que tem a função de obter informações sobre conhecimentos, aptidões e competências dos estudantes, visando organizar os processos de ensino e de aprendizagem, de acordo com as situações identificadas. A avaliação diagnóstica coloca em evidência as habilidades dominadas e não dominadas de cada aluno, sendo capaz

de precisar o ponto adequado de reforço da aprendizagem, o que permite, a partir daí, determinar o modo de ensino mais apropriado e estabelecer metas de aprendizagem a serem alcançadas. Com a avaliação, previne-se a constatação tardia das dificuldades de aprendizagem dos alunos, ao mesmo tempo em que se busca conhecer aptidões, interesses, habilidades e competências enquanto pré-requisitos para futuras ações pedagógicas.

No Brasil, o maior exemplo de uma avaliação diagnóstica aplicada em larga escala consiste na Prova Brasil/SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), cujo foco reside na mensuração da proficiência (Língua Portuguesa e Matemática). Com uma periodicidade bienal, o resultado dessa avaliação fornece subsídios para a composição do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), principal indicador da qualidade do ensino básico brasileiro. Além da Prova Brasil/SAEB, o IDEB leva em conta a taxa média de aprovação referente a cada ciclo de ensino.

Apesar dos avanços proporcionados pela Prova Brasil/SAEB, ainda há muito a fazer. Tão importante quanto realizar avaliações e publicar resultados para a sociedade, a elaboração de uma estratégia que traduza os resultados da avaliação para ações pedagógicas de cunho prático, considerando as condições em sala de aula, pode contribuir de maneira decisiva na melhora consistente

da proficiência dos alunos. Aqui, discentes e docentes podem se beneficiar mutuamente, na medida em que os professores encontram nas avaliações uma oportunidade para reciclar e redimensionar a maneira como o processo de ensino e aprendizagem acontece em sala de aula.

Neste contexto, vale ressaltar o caráter “somativo” da Prova Brasil, ou seja, os alunos do 5º e do 9º ano têm habilidades aferidas ao final dos respectivos ciclos de ensino. No âmbito de uma Secretaria de Educação, ao se verificar proficiência (Língua Portuguesa e Matemática) a cada dois anos, como tem ocorrido nacionalmente desde 2005, o Ministério da Educação (MEC/INEP) disponibiliza dados acerca da efetividade das ações desenvolvidas, referentes àqueles dois anos imediatamente anteriores. Em países como Inglaterra, Espanha e Cuba, reflexões sobre o enfoque de análise das avaliações têm permeado as discussões das autoridades educacionais locais. Nesses países, o debate tem sido constante sobre a derradeira função socioeducacional de uma avaliação diagnóstica. A distinção entre avaliar com o objetivo precípuo de classificar (estabelecer um “ranking” de comparação entre redes públicas) e avaliar com a intenção de compreender variações na proficiência, pode ter reflexos decisivos na implantação de uma política pública educacional exitosa.